

CB.PODER

“Faltou atenção do governo”

Senador Veneziano Vital do Rêgo admite descuido do Executivo ao perder presidência da CPMI do INSS, mas diz que não há o que temer

» CAETANO YAMAMOTO*

O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), suplente da CPMI do INSS, reconheceu, ontem, que houve descuido do governo ao perder a presidência da comissão que investigará as fraudes contra aposentados e pensionistas da Previdência Social. O Planalto esperava emplacar o senador Omar Aziz (PSD-AM), mas a oposição conseguiu eleger o senador Carlos Viana (Podemos-MG). Em outro revés para o governo, a relatoria ficou com o deputado deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Acho que faltou, por parte do governo, uma atenção maior, principalmente quando se avizinhava o momento da sua instalação. E estava bastante claro que não haveria entendimento sobre o nome sugerido por nós, do grupo do governo, que era o do nosso estimado e competente senador Omar Aziz”, disse Vital do Rêgo, aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, no programa *CB.Poder*, parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

O parlamentar destacou, porém, que a escolha de Viana não trará problemas para o Executivo, se o presidente da CPMI cumprir o propósito de investigar as fraudes. “O atual governo, em nenhum momento, quis esconder, escamotear, desconhecer fatos que, preteritamente a este mesmo governo, já existiam”, ressaltou. Vital do Rêgo frisou, no entanto, que o interesse da oposição é usar a comissão como palanque, ante o ano eleitoral que está por vir.

Para Vital do Rêgo, os últimos dois meses melhoraram a imagem

Ed Alves CB/DA Press



Acho que faltou, por parte do governo, uma atenção maior, principalmente quando se avizinhava o momento da sua instalação. E estava bastante claro que não haveria entendimento sobre o nome sugerido por nós, do grupo do governo, que era o do nosso estimado e competente senador Omar Aziz”

Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), senador

do governo e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o episódio do IOF e a resistência do Executivo ao tarifaço imposto ao Brasil pelo presidente Donald Trump. O senador também comentou a postura do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que, com o aval do pai, foi para os EUA buscar sanções ao país e a autoridades do Executivo e do Judiciário.

“Atentar contra a nossa soberania, atentar contra os nossos

empregos, atentar contra os nossos setores agredidos, abalados violentamente com esse tarifaço. E por qual motivo? Não foi o motivo econômico, evidentemente. E veja que eles nem fazem questão de camuflar ou de dissimular. Eles assumem”, explica o parlamentar.

Inteligência artificial

O senador defendeu a regulação das redes sociais e alertou para

os riscos do uso negativo da inteligência artificial, especialmente nas disputas eleitorais. “Eu penso que a gente precisa fazer uma regulação. E essa regulação não é, como dizem vozes antagônicas, para impedir a liberdade de expressão, é para colocar uma ordem, estabelecer limites, fazer um regramento. É para proteger, ao final, nós mesmos”, frisou.

Ele também admitiu a dificuldade de regulamentar a IA, que

está em constante evolução. “É uma discussão muito importante, porque nós não acompanhamos. A gente faz o regramento hoje; amanhã ela já vai estar muito mais avançada.”

Vital do Rêgo lamentou a demora do Congresso em agir contra a adultização e a exploração infantil nas plataformas digitais, só se mobilizando após as denúncias feitas pelo influenciador Felca.

“Quanto tempo nós deixamos

de fazer, mesmo sabendo que já era necessário e cabível. Então, vamos aprovar esse projeto de adultização, estabelecer uma mínima proteção às pessoas que são mais suscetíveis, às nossas crianças, aos nossos adolescentes, que estão mais vulneráveis ao uso doentio, criminoso, mercantil desses meios”, disse. Ontem à noite, o Senado aprovou o projeto contra a adultização (**leia reportagem na página 6**)

PESQUISA

Caso Marielle é usado como ameaça

» LETÍCIA CORRÊA*

O Instituto Marielle Franco (IMF) apresentou, ontem, na Câmara, a pesquisa *Regime de ameaça: a violência política de gênero e raça no âmbito digital (2025)*. O estudo mostra que 63% das ameaças analisadas fazem alusão direta ao assassinato da vereadora, ocorrido em 2018. Também revela outros números alarmantes de agressões contra mulheres que trabalham no espaço político.

“Essa menção é um padrão simbólico e violento que usa esse crime como instrumento de controle, ao converter o caso Marielle Franco em uma espécie de advertência brutal dirigida a outras mulheres negras e LGBTIs que ousam ocupar

o espaço político. Essa ocorrência denuncia como a violência política no âmbito digital pretende ser também pedagógica: ensinar pela ameaça, mobilizando o medo e a memória de uma execução política traumática para nossa democracia”, afirmou o assessor de pesquisa e incidência do Instituto Marielle Franco, Aron Giovanni de Oliveira.

Foram analisados 77 casos registrados entre junho de 2021 e julho de 2025. Dessas ocorrências, 69% das mulheres ameaçadas se autodeclararam pretas, seguidas por pardas (18%), brancas (10%) e não identificadas (3%). Em relação à sexualidade, 61% são heterossexuais, 25% bissexuais e 11% lésbicas. Cerca de 87% das vítimas são negras, trans ou travestis, LGBTQIAP+ e/

Dayane Pires/CMRJ



A vereadora Marielle Franco foi assassinada em 2018

ou periféricas. Segundo o IMF, não existe democracia sem a força, o corpo e a voz das mulheres negras.

O instituto identificou sete principais formas de violência política de gênero e raça no âmbito digital (VPGR): ameaça e intimidação, desinformação e fake news,

discurso de ódio, violência simbólica e discursiva, exposição indevida de dados, assédio digital e invasão das redes.

Entre as intimidações, a agressão mais frequente (71%) são as ameaças de morte, com 63,6% dos casos, seguidas por ameaças de

estupro (30,9%), de agressão física (3,6%) e de exposição indevida de dados sensíveis (2,2%). O objetivo dos ataques é amedrontar para interromper ou atrapalhar o mandato das vítimas, já que 71% delas são parlamentares ativas.

Em relação às plataformas, 51% das VPGRs ocorreram por e-mails e 49% nas redes sociais, como Instagram, Facebook e Whatsapp.

Brisa de Lima, coordenadora de incidência e pesquisa do IMF, não demoniza as redes sociais e entende que existem pontos positivos no uso delas, porém ressalta a necessidade de mudança dos aplicativos, que estão reproduzindo preconceitos dos agressores.

“Embora também possam ser utilizadas como ferramentas de mobilização e denúncia por defensoras de direitos humanos, as redes sociais têm sido, massivamente, instrumentalizadas para amplificar violências políticas. Casos de xingamentos transfóbicos e racistas proferidos por representantes

da extrema-direita são filmados e disseminados on-line como estratégia para inflamar suas bases. É comum que essas agressões incluam alusões a Marielle Franco, especialmente em ameaças contra mulheres negras que atuam em espaços públicos”, afirmou.

O IMF propôs mudanças para as redes sociais, como criação de canais de denúncia unificados e com mecanismo de tipificação das violências diretamente nas plataformas, com especial atenção às redes de e-mail, para vítimas de violência política digital de gênero e raça; e estabelecimento de critérios para a monetização de conteúdos e engajamento de publicações, nos quais sejam vetados conteúdos violentos, de desinformação e discurso de ódio.

A reportagem entrou em contato com a Meta (Instagram, Facebook e WhatsApp), que enviou links nos quais a empresa afirma já possuir formas de proteger as vítimas.

INVESTIGAÇÃO

Reclamações e indiferença no condomínio de Bolsonaro

» RAFAELA BOMFIM*

A 20 quilômetros do Supremo Tribunal Federal (STF), em uma região nobre da capital, moradores do condomínio Solar de Brasília 2 tentam se adaptar a mais uma mudança na rotina, após o ministro Alexandre de Moraes determinar reforço na vigilância do ex-presidente Jair Bolsonaro, réu na Corte por tentativa de golpe de Estado.

Há meses o condomínio é movimentado pela presença da imprensa e de políticos que visitam o ex-chefe do Executivo, em prisão domiciliar desde 4 de agosto. Nesta semana, o local passou a ser monitorado por policiais penais. Três agentes estão a postos em frente à residência de Bolsonaro. A medida, segundo Moraes, é necessária ante o risco de fuga do ex-presidente.

Fora do condomínio no Jardim Botânico, comerciantes e

moradores perceberam mudanças pontuais. E têm opiniões distintas. Na padaria próxima, Michelle Fontenelle disse que a movimentação chegou a aumentar as vendas durante as manifestações, mas sem tumulto. “O pessoal vinha, comprava água, cerveja e ficava ali. Nunca deu confusão. No dia a dia, não muda muita coisa, só o trânsito, quando tem muita gente”, descreveu.

Para o cabeleireiro Artur Augusto, a situação não gera incômodo, mas ele vê exagero em torno do ex-presidente. “Todo mundo aqui o apoia. Acho desnecessário tanto policiamento, mas os moradores não se sentem pressionados. Só tem mais imprensa mesmo”, comentou. Em outra loja, Carla Araújo observou que as perguntas sobre Bolsonaro são raras. “Tenho 20 dias aqui e só uma moça perguntou. O movimento está normal, só passa carro oficial às vezes”, contou.

Já Uriel Souza, que também trabalha no comércio próximo, considera que o reforço policial e a presença de repórteres causam transtornos. “Logo quando saiu o decreto da prisão, foi tumultuado. Alguns moradores reclamam da bagunça na entrada, do trânsito parado e da demora para entrar. É chato, porque atrapalha a rotina de quem mora aqui”, afirmou.

Dentro do condomínio, a avaliação também é dividida. O morador George Rodrigues vive há quatro anos no local. Segundo ele, a rotina mudou depois que Bolsonaro entrou em prisão domiciliar. “Agora é fila para entrar, os agentes conferem tudo. Para nós, que temos família, é chato. Não tenho nada contra a investigação, mas virou uma exposição desnecessária”, criticou.

*Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa

Ed Alves / CB / DaPress



Policiais penais passaram a monitorar residência do ex-presidente

» Michelle reclama

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro criticou o reforço no monitoramento do condomínio onde o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cumpre prisão domiciliar. Ela afirmou que o “desafio” de lidar com as medidas cautelares tem sido cada vez maior. “A cada dia que passa, o desafio tem sido enorme: resistir à perseguição, lidar com as incertezas e suportar as humilhações. Mas não tem nada, não. Nós vamos vencer”, escreveu Michelle no Instagram, com um fundo que remete às cores da bandeira do Brasil. Na terça-feira, filhos de Bolsonaro também se queixaram do monitoramento ao domicílio do pai.